



## UNIDADE DE DOUTRINA E PEDAGOGIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ESCRITOS DE HOLLANDA LOYOLA (1939-1944)

**Felipe Quintão Almeida**

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (CED/UFSC)

Doutorando em Educação pela mesma instituição (CED/UFSC)

### **RESUMO**

*Trata da produção intelectual de Hollanda Loyola na Educação Physica, impresso no qual ocupou o cargo de diretor-técnico entre os anos de 1939 e 1944, consagrando-se como seu principal e mais produtivo redator. Opera um recorte em seus escritos de modo a destacar: a) o esmero na defesa de uma unidade de doutrina para a educação física brasileira; b) a discussão sobre o lugar da ginástica e do esporte nos programas de educação física escolar, sua pedagogia; c) finaliza situando essas duas chaves de leitura em relação a algumas teses já conhecidas no âmbito das pesquisas em história da disciplina no Brasil.*

### **ABSTRACT**

*This paper aims to analyze the intellectual work of Hollanda Loyola, the most productive publisher of the magazine Educação Physica, in that he attended as technical director. The results show: a) de strong defending of a united doctrine to brazilian physical education; b) how gymnastic and sport take their pedagogic place in School physical education; c) these key-lectures are collated with well known theses in the research of physical education history in Brazil.*

### **Introdução**

Um caminho profícuo para se compreender a organização do pensamento educacional de uma época é recorrer à produção intelectual de personalidades importantes do período (e do campo) que se pretende estudar. No âmbito da educação física, essa tem sido uma estratégia recorrente nas investigações sobre sua história em nosso país. A obra de intelectuais, como Rui Barbosa, Fernando de Azevedo, Manuel Bonfim, Lourenço Filho e Inezil Penna Marinho, para citar os mais expoentes entre eles, foi estudada por inúmeros autores interessados na compreensão do itinerário da educação física como componente curricular das escolas brasileiras no século XX.

A despeito dos avanços obtidos nessa direção, ainda existem muitos intelectuais cuja produção foi pouco explorada entre nós. Esse é o caso, por exemplo, de Hollanda Loyola, professor de educação física responsável pela direção-técnica, entre os anos de 1939 e 1944, da revista *Educação Physica*, periódico publicado pela Companhia Brasil Editora e que circulou em território (inter)nacional entre os anos de 1932 e 1945. Malgrado os muitos *usos* e *interpretações* já realizados desse impresso, sua apropriação, na educação física brasileira, seja como *fonte*, seja como *objeto*, a investigação que realizamos objetivou uma atenção mais cuidadosa nos artigos daquele que viria a ser seu principal diretor-técnico e mais produtivo redator: Hollanda Loyola. O esmero nos seus escritos se justificaria, pois, conforme destacou Schneider (2003), o êxito dessa revista esteve profundamente associado ao nome desse diretor, que se tornou a pessoa-chave de publicação durante o período de maior estabilidade do periódico, sendo responsável pelas matérias de abertura e por grande parte do que foi publicado entre os anos de 1939 e 1944.

Na revista, tomada como *corpus documental* de nossa pesquisa, Loyola assinou 129 artigos. Após seleção, leitura e categorização de todo esse material por ele publicado, operamos um recorte em seus escritos de modo a destacar: a) a defesa da unidade doutrinária para a educação física brasileira, tomando como ponto de partida, para essa exposição, a decisão editorial de se publicar nas páginas do impresso a seção *Lição de Educação Física*; b) a discussão sobre o lugar da ginástica e do esporte nos programas de educação física escolar, sua pedagogia. Finalizamos situando essas duas chaves de leitura em relação a algumas teses já produzidas no âmbito das pesquisas em história da educação física no Brasil, em especial aquelas que tomaram a revista *Educação Physica*, seja como *fonte*, seja como *objeto*.

### **1 O diretor-técnico em ação: *Lição de Educação Física* e unidade de doutrina na educação física nacional**

Quando Loyola é convidado para ser redator de *Educação Physica*, no ano de 1939, o periódico, em seu quadro, contava com o trabalho de Paulo Lotufo, Oswaldo Murgel Rezende e Roland de Souza como seus editores/diretores. Não foi possível identificar, na fonte investigada, as motivações que levaram à eleição de seu nome para assumir tal cargo. O fato é que ele assina seu primeiro trabalho na edição de n. 33, em agosto daquele ano. No número seguinte, em setembro de 1939, pode-se notar a atuação de seu mais novo diretor-técnico (passa de redator a essa função em apenas um número) com a criação de dois novos espaços na revista: o primeiro, denominado *Secção de consultas*, destinava-se a responder “[...] qualquer consulta que nos for feita sobre educação física, desportos e assuntos correlatos. Correspondência para Hollanda Loyola, diretor-técnico de ‘Educação Física’, rua do Rosário, 1.<sup>o</sup> andar” (LOYOLA, 1942, n. 62-63, p. 61). Essa seção foi publicada 45 vezes, tendo como signatário o professor Loyola, em 36 oportunidades (nas outras 9 vezes, não foi possível de identificar o autor, embora suspeitemos que seja o próprio Loyola). A idéia dessa seção consistia em sanar as dúvidas dos leitores sobre assuntos relacionados com aquelas temáticas mencionadas, criando uma via de comunicação direta entre os editores da revista e seu público leitor. Uma estratégia editorial bastante inteligente para um veículo que pretendia, desde seu advento, se transformar no principal porta-voz da educação física no meio civil, coadjuvando o governo e as instituições particulares na execução de seus programas de educação física.

Além da criação dessa seção, sua entrada no periódico corresponde ao surgimento, a partir da edição 35, de uma “[...] série de Lições de Educação Física para as vossas escolas de acôrdo com o programa de ensino do Ministério da Educação. Em cada número publicaremos uma lição com as respectivas sessões de estudo destinada a cada grão de cada ciclo – H. L” (LOYOLA, 1939, n. 35, p. 62). Das 28 *Lições de educação física* publicadas, entre os n.ºs 35 e 62 da revista (portanto, entre 1939 e 1942), Loyola deixou sua assinatura em 14 delas. Das 14 lições restantes, 13 delas não são assinadas, enquanto uma designa como autor apenas a letra “R”, cuja suspeita recai sobre o já mencionado Roland de Souza, diretor do impresso no período de 1936 a 1941. Tais lições eram um meio de facilitar o método de ensino, como sobejamente conhecido, regulamentado pelo Exército brasileiro para a prática da educação física nos meios militar e civil. Revestia-se de grande importância, pois, segundo as palavras do próprio Loyola (1940, n. 45, p. 33), a primeira preocupação que o professor “[...] deve ter ao iniciar-se o ano letivo é organizar o plano geral de lições para o referido período de ensino”.

As *Lições de Educação Física* ofereciam, dessa maneira, um guia completo de como o professor deveria realizar suas aulas, discriminando a idade adequada para sua aplicação, a duração da lição, o local mais apropriado para sua realização, o processo do ensino bem como seu regime (imitação, comando ou dramatização), sempre dividido em três momentos: a seção preparatória, a lição propriamente dita e a volta à calma. Os conteúdos, objetivos e regimes das lições variavam conforme o ciclo a que esta se referia, abrangendo prescrições desde a primeira infância (0 a 3 anos), de responsabilidade dos pais, até o ciclo superior (18 a 36 anos). Os jogos também eram utilizados conforme as características pedagógicas da lição e se remetiam a uma das sete formas de trabalho (marchar, trepar, saltar, levantar-transportar, correr, lançar e atacar e se defender) que compunham a lição propriamente dita.

Além de expressar um clima geral de cooperação entre militares e civis à *causa* da educação física no País, a decisão editorial de Loyola de publicar uma lição já presente em outro periódico,<sup>1</sup> testemunha sua preocupação com um tema candente à sua época: a premência de uma *unidade de doutrina* no ensino da educação física brasileira (não curiosamente, esse imperativo dá título à outra seção da revista publicada pelos militares: *Unidade de doutrina*). Além de adepto fervoroso do Método Francês, Loyola veicula e defende, em inúmeros de seus textos, essa premissa (militar): precisamos de unidade de doutrina. Essa necessidade tornava-se ainda mais imperiosa, aos seus olhos, devido à falta de uma organização adequada sobre a forma correta de orientar e executar o ensino que competia aos professores de educação física, garantindo, assim, o eixo pedagógico do Método Francês tornado oficial entre nós no ano de 1931, sua *continuidade, alternância, graduação, atração e disciplina*. Embora estivessem em vigor, na legislação educacional, os programas de educação física baseados no Método Francês, nas descrições fornecidas por vários textos de Loyola, encontram-se evidências segundo as quais muitos professores eram ainda autodidatas,

---

<sup>1</sup> Trata-se da *Revista de Educação Física*, publicação da *Escola de Educação Física do Exército*, que desde 1932 reproduzia, em suas páginas, uma seção que, com algumas variações terminológicas, tinha formato semelhante àquele presente em *Educação Physica*. Uma análise dessa seção na revista do Exército, pode ser obtida em Ferreira Neto et al. (2003).

enquanto alguns outros possuíam cursos de métodos diferentes do oficial e outros mais se adaptaram por meio de revalidações ou por cursos de urgência. Não causa espanto, em função dessa falta de uniformidade, observar, entre os próprios professores, a inclinação de orientar a prática de acordo com as predileções pessoais, o que torna realmente difícil afirmar, segundo Loyola, qual o método de ensino realmente adotado no interior das escolas. A tendência geral é transformar os gostos pessoais no exclusivismo das especializações, que restringem ou deformam a aptidão do indivíduo, prejudicando, assim, a regeneração do povo e sua educação integral (objetivos primordiais da educação física para Loyola).

Não bastasse essa desorientação geral no emprego do Método Francês (a falta de unidade), a aplicação do Regulamento número sete (Método Francês) às realidades educacionais não estava isenta de críticas. É notória a crítica que a *Associação Brasileira de Educação* (ABE) a ele destinava por seu suposto caráter (militar) inadequado à educação das crianças. O professor Inezil Penna Marinho também o criticava, pois desejava a construção de um método genuinamente nacional de educação física (biossocial, psicológico e fisiológico) que se contrapusesse ao caráter anátomo-fisiológico predominante no Método Francês, argumentando, ainda, que os jogos, então concebidos nesse método apenas como elementos de atração, eram as atividades mais apreciadas pelos alunos quando da execução da lição. A fonte analisada oferece evidências de que, nessa celeuma, Loyola retoma um argumento muito semelhante àquele presente na apresentação oficial que o Exército elabora, quando traduz o Regulamento número sete para o País. Tal como expresso nessa apresentação do Método Francês, Loyola também é favorável à criação de um método nacional que atente às características de nossa raça e de nosso clima, que consulte de forma imediata os interesses de nossa formação político-social e que se integre, pelas bases de sua aceitação unânime, à eugenia da raça e ao plano geral da educação em voga. Para tanto, mostra-se “[...] partidário e defensor convicto de experiência bem conduzida e de tirocínio metódico, das pesquisas prolongadas e dos estudos seguros” (LOYOLA, 1941, n. 50, p. 9). Entende, contudo, que ainda é muito cedo para se “[...] cogitar a criação de um método nacional com esses ares dogmáticos de reformador intransigente” (LOYOLA, 1941, n. 50, p. 9). As críticas apressadas, a improvisação incoerente e os anseios dos reformistas apenas estorvam o trabalho que, com dificuldades, apenas começa a se realizar nas escolas brasileiras, destruindo em vez de construir, confundindo em vez de orientar: “Querem novas reformas e precipitam suas doutrinas” (LOYOLA, 1941, n. 50, p. 9). Entre o texto contido na apresentação do Regulamento número sete pelos militares e as propostas reformistas (entre as quais se situava a de Inezil Penna Marinho), Loyola não deixa dúvidas de que lado está, ao defender a necessidade – a despeito das críticas existentes – de empregarmos, com maior afinco e seriedade, o método adotado oficialmente pelo MEC (Método Francês), pois ele é que fornece a unidade de doutrina para a construção futura de um método brasileiro.

## **2 Entre a ginástica e a produção de uma *forma escolar* para o esporte: pedagogia da educação física em Hollanda Loyola**

É bastante conhecida a disseminação das práticas esportivas entre os habitantes da cidade (especialmente Rio de Janeiro e São Paulo) a partir do último quartel do século XIX e décadas iniciais do século XX. Com sua proliferação e popularização nos mais remotos espaços da cidade, os esportes vão, paulatinamente, perdendo a marca elitista de outrora, tornando-se

cada vez mais caracterizados, por intelectuais (educadores, jornalistas, literatos, médicos, etc.) e políticos de plantão, como importantes artífices (muito mais do que a ginástica) no projeto de (re)invenção da identidade nacional. Embora a literatura demonstre não ser unívoca a posição desses intelectuais a respeito do potencial civilizacional dos esportes, importa destacar que o advento de uma *cultura esportiva* nas principais cidades do País vai alimentar, especialmente a partir da década de 1920 do fremente século que se inicia, uma discussão pedagógica fundamentalmente interessada em analisar as potencialidades educativas do fenômeno esportivo nas cidades em modernização, sua escolarização/pedagogização (PAGNI, 1997).

Assim, Loyola, homem atento às principais celeumas e questões de seu tempo, posicionou-se a respeito da produção de uma *forma escolar para o esporte* no Brasil (LINHALES, 2006), procurando também *legislar* sobre os tempos, os espaços e os sentidos destinados à prática esportiva nos programas de educação física em curso no País. Para tanto, vai defender a tese de que o esporte e a educação física, embora correlatos, constituem processos diferenciados de *educação do corpo*, sendo o primeiro concebido *apenas como um dos elementos* que definem a presença da disciplina nas escolas, para ele assim constituída: a) a educação física propriamente dita, que compreende as sessões de estudo, as lições completas e as sessões integradas por evoluções, flexionamentos educativos, aplicações e jogos; b) os desportos individuais e coletivos (terrestres e aquáticos); c) a medicina aplicada à educação física. Para que os colégios consigam triunfar nessa organização, eles deveriam abrigar um *Departamento de Educação Física* que, subordinado à direção técnica da instituição, controlaria e dirigiria todos os trabalhos relativos à disciplina. Esse departamento, por sua vez, seria constituído de três divisões, relativas àquelas três dimensões que dão forma à educação física escolar para Loyola. São elas: a *Divisão de Educação Física*, a *Divisão de Esportes* (ambas com uma seção masculina e outra feminina) e a *Divisão de Medicina Especializada*, subdividida na *Seção de Exames e Assistência*, *Seção de Controle e Estatística* e na *Seção de Ginástica Médica*. O programa de ensino, conforme essa organização do departamento, abrangia: a) o plano de lições (já discutido); b) os concursos e exposições; c) o treinamento esportivo. Pelo exposto no tópico anterior, é fácil deduzir que as tarefas concernentes aos responsáveis por cada uma dessas divisões não poderiam ser realizadas sem unidade de doutrina, “[...] sob pena de comprometer seriamente o prestígio da educação física, seus benefícios salutareos, seu alcance educativo, sua eficácia no aperfeiçoamento do indivíduo e no melhoramento da raça” (LOYOLA, 1940, n. 38, p. 50).

Os concursos e exposições constavam de demonstrações públicas de caráter recreativo e social, com o intuito de mostrar a eficiência da educação física e, ao mesmo tempo, dar aos responsáveis a possibilidade de averiguar o aproveitamento dos alunos nas práticas. Elas deveriam ocorrer próximo ao fim de cada período letivo, momento em que o colégio organizaria uma grande demonstração de educação física e uma grande competição esportiva na qual figurassem todos os esportes praticados na escola. Para tanto, todos os procedimentos deviam ser realizados com bastante antecedência, em que fossem previstos os menores detalhes e que os alunos fossem treinados cuidadosamente com o objetivo de que “[...] os trabalhos atinjam o seu principal objetivo, isto é, - impressionar favoravelmente” (LOYOLA, 1940, n. 38, p. 56).

Em relação ao treinamento desportivo, Loyola defendeu a idéia de que aquela prática, nos tempos e espaços escolares, seria dirigida por um técnico no ensino (instrutor) que, identificado com os problemas da disciplina, teria sob sua responsabilidade a elaboração de um *plano de instrução* e do *calendário esportivo*. A condução desse treinamento, todavia, estaria subordinada às atividades do professor diplomado responsável pela *Divisão de Educação Física* na escola, pois Loyola tinha como pressuposto que as práticas esportivas, para serem fisiológicas, racionais e saudáveis, exigiam uma criteriosa preparação física anterior, suficiente para tornar os alunos aptos às dificuldades e táticas do esporte escolhido e, de quebra, “[...] tornar o seu organismo capaz de uma resistência maior e de um maior rendimento; esse preparo físico, gradativo e metódico, adquire-se pela prática judiciosa dos exercícios integrantes da educação física propriamente dita” (LOYOLA, 1940, n. 38, p. 51). Não surpreende que, nos programas de educação física, deve predominar a ginástica propriamente dita. À defesa da ginástica como fundamento de todos os programas de educação física não correspondia um menor apreço pela prática esportiva. Bem ao contrário desse entendimento, Loyola (1940, n. 38, p. 50) compreendia os esportes como “[...] atividades superiores empregadas como um coroamento da educação física, como a última etapa do aperfeiçoamento físico do indivíduo”, desde que, entretanto, dele fizéssemos “[...] um complemento da educação integral de nossa mocidade, não uma profissão, mas um processo sadio para a eugenia da raça e para a elevação moral de nosso povo” (LOYOLA, 1940, n. 46, p. 9). O esporte amador, *modo escolar de socialização* defendido por ele, cumpriria, assim, um papel preponderante na educação da mocidade patricia.

Essa ponderação estava plenamente conforme a letra da lei que regulamentou, naquele momento, a prática dos esportes no Brasil: o Decreto-Lei n.º 3.199, de 14 de abril de 1941. Na representação do *legislador*, representado pelo Conselho Nacional dos Desportos (CND), associava-se o amadorismo ao educativo e excluía-se o profissionalismo por ausência intrínseca de moralidade (moralidade entendida aqui como a socialização no sentido da harmonia social, da adequação individual às necessidades da coletividade, da Pátria). Não é outro o motivo pelo qual seria necessário estabelecer limites bem claros entre essas “[...] duas formas de praticar o esporte – o que se desvirtuou em profissão e o que se enalteceu em processo educativo. [...] Elevemos e nobilitemos o esporte difundindo o amadorismo e extirpando o profissionalismo, para o qual não existe justificativa aceitável” (LOYOLA, 1941, n. 59, p. 9).

O conteúdo da *beleza olímpica* imanente ao amadorismo exigia um conjunto de princípios que não poderiam ser esquecidos na prática do esporte nas escolas: a consciência da disciplina, da justiça, o senso de responsabilidade, o altruísmo, a fidalguia, a solidariedade, o cavalheirismo das belas atitudes, os gestos dignificantes. Essas qualidades, todavia, não são espontâneas nos alunos, sendo imprescindível uma preocupação pedagógica no sentido de introduzir, nos programas de treinamento, adequadas preleções sobre moral, conduta e deveres sociais, qualidades estas que deveriam nortear a prática esportiva nas instituições educacionais e fora dela: sua *forma escolar*.

### 3 Conclusão

Das reflexões realizadas, e considerando o conhecimento histórico acumulado sobre a disciplina no período em que se inscreve o impresso estudado, gostaríamos de concluir apontando:

- Outros estudos que utilizaram *Educação Physica* como *fonte* ou *objeto* destacaram o fato de o periódico ser um veículo plural de divulgação científica relacionada com a prática da educação física, dos esportes ou da saúde. Não somente conviviam harmoniosamente intelectuais civis com opiniões dissonantes sobre assuntos diversos, mas muitos militares foram convidados a opinar, nas páginas do impresso, sobre a educação física externa à caserna. Expressão dessa cooperação e da boa convivência entre militares e civis à *causa* da educação física nacional é o fato de Loyola, deliberadamente, assumir nas páginas do periódico civil a defesa de um ideal caro ao projeto (pedagógico) dos militares para a educação física civil. A decisão, associada a seu nome, de criar na *Educação Physica* uma seção dedicada a prescrever a organização do método oficial nas escolas, aliada à publicação de outros artigos *legislando* sobre as qualidades do professor ideal, fez parte desse esforço de proporções nacionais, que pôs lado a lado militares e civis na defesa de um mesmo ideal: doutrina! Esse movimento reforça as evidências já existentes na área (FERREIRA NETO, 1999), segundo as quais intelectuais militares e civis, de diferentes lugares sociais e institucionais, trabalharam em conjunto no sentido de criar as bases legitimadoras da educação física como componente curricular, sua escolarização. Além disso, a atuação de Loyola na revista e em outros setores da sociedade ligados à educação física demonstra como os intelectuais do nascente campo, mesmo em sua limitada autonomia, tomaram parte nas *lutas de representação* sobre os sentidos da educação física na escola (esboçando, assim, os primórdios de uma teoria pedagógica da educação física), contrariando a tese de que seus atores foram vítimas (do Estado, dos militares, dos médicos, em suma, da modernização conservadora brasileira) no longo processo que culminou com sua escolarização.

- Conforme demonstraram Góis Júnior e Lovisolo (2005), *Educação Physica* reproduziu, sem posicionar-se a respeito, a disputa entre duas diferentes interpretações do Brasil (e seus problemas nacionais) no início do século XX: para os novos intelectuais que entram em cena na década de 1920, as teorias racistas de branqueamento da população – que, desde o século anterior, constituíam a linguagem pela qual era formulada a questão nacional – são relativizadas pela *invenção* de uma nova *tradição*: regenerar a população brasileira, por meio da educação e da saúde, foi a solução encontrada no sentido de sanar os impasses postos pelos determinismos raciais de nosso povo (sua miscigenação, afinal), a dívida republicana a ser resgatada pelas novas gerações. Embora ambas as leituras pretendessem o aprimoramento da saúde coletiva e individual, estabeleciam estratégias diferenciadas: os primeiros propunham a regulamentação dos casamentos, a imigração e a esterilização dos doentes, para selecionar e, assim, aprimorar a degenerada raça brasileira, tendo a educação física o papel de promover a integração do físico e do intelectual ou psicológico na formação do homem integral; os segundos almejavam a democratização da saúde e da educação. Para isso,

contavam com a prática da educação física, acessível a todos, com o intuito de formar homens regenerados, que dariam origem a sucessivas gerações fortes com a transmissão dos genes adquiridos. Nos artigos do principal diretor-técnico do impresso, também não encontramos evidências suficientes que nos permitissem precisar em qual das correntes se apoiou para elaborar suas idéias sobre a regeneração do povo. Se não defendeu argumentos em favor da regulamentação de casamento, da opção imigrantista ou da esterilização dos indivíduos de caráter e genética duvidosa, também não explicitou que acreditava na transmissão dos caracteres adquiridos às gerações seguintes. Inquestionável é o fato de que aquelas diferenças teóricas não foram suficientes para abalar sua convicção de que a criação do *novo tipo brasileiro* estava condicionada à prática regular, sistemática e ordenada da disciplina nas escolas – conforme a unidade doutrinária fornecida pelo Método Francês –, garantindo não apenas a eugenia completa do povo, mas também a construção dos alicerces indispensáveis à educação moral e intelectual da mocidade brasileira (o homem integral), para ele os dois mais altos problemas da forja de uma nova nacionalidade.

- Os artigos de Loyola demonstram não apenas que o esporte já era um elemento presente no cotidiano das escolas, mas fornece elementos para a compreensão da produção de uma *forma escolar para o esporte* (LINHALES, 2006) nas décadas iniciais do século XX. Expressam, nesse sentido, processos normativos estabelecidos para o esporte *a partir da escola*, em que uma *prática social de referência*, o esporte, é transformada para que adquira propriedades próprias aos tempos, espaços, arquiteturas e práticas escolares. Em seus escritos, isso correspondeu à sua pedagogização no sentido de oferecer aos alunos possibilidades educativas vinculadas ao amadorismo, cujos valores (morais) estavam associados à energização do caráter. Essa disposição para o pedagógico e para o educacional foi, por um lado, mais um elemento favorável ao processo de escolarização da disciplina e, por outro, fomentou as condições de possibilidade para que as invenções escolares da prática esportiva, sua *forma escolar*, pudessem influenciar práticas culturais e modos de pensamento que organizam outros campos sociais exteriores aos muros da escola, pedagogizando-os.

- Se tomarmos por base a análise realizada por Schneider (2003) sobre o projeto cultural da revista *Educação Physica*, fica evidente o lugar ocupado por seu principal diretor-técnico no debate que, em sua pluralidade, opôs defensores da ginástica e advogados do esporte na condução daquele projeto. Loyola reproduz, em seus textos, uma posição semelhante à de outro intelectual envolvido naquela disputa: Fernando de Azevedo. Tal como Pagni (1997) e o próprio Schneider (2003) demonstraram em relação aos escritos desse autor, Loyola também entendia que o esporte jamais poderia prejudicar a educação física (é apenas um meio da disciplina, não um fim em si mesmo), pois era proibida a prática esportiva a todos os alunos que não tivessem antes praticado regularmente as lições propriamente ditas de educação física, cuja orientação, como vimos, estava contida nas *Lições de Educação Física*. Embora seja correto afirmar, como fizeram Schneider (2003) e Linhales (2006), que o esporte é o



conteúdo de ensino mais profícuo para a realização do ideal educacional fundado na metáfora da *disciplina como eficiência*, em Loyola, essa premissa pedagógica, encampada pelo escolanovismo a partir de década de 1920, pressupunha a prática racional e metódica da ginástica, cujos pressupostos também estavam orientados na produção da *eficiência* corporal. Não bastava praticar o esporte, pois antes precisávamos, com a ginástica, tornar os corpos mais *eficientes e produtivos* para os rendimentos exigidos na prática esportiva. Interpretamos sua posição como um movimento no sentido de, por um lado, preservar o criticado Método Francês na orientação das lições de educação física escolar e, por outro lado, garantir a vigência do ideal com o qual se ocupou durante sua permanência no periódico: unidade de doutrina na prática da educação física nacional! Suas prescrições educacionais, assim, contrariavam o processo que, inexoravelmente, culminou com a esportivização da educação física escolar, um fenômeno, como sabemos, que ultrapassou as páginas do impresso.

#### 4 Referências

- BRASIL. *Decreto-Lei n. 3.199 de 14 de abril de 1941*. Diário oficial [da] União, Rio de Janeiro, 16 de abr. 1941.
- FERREIRA NETO, A. *A pedagogia no exército e na escola: a educação física brasileira (1880-1950)*. Aracruz: FACHA, 1999.
- FERREIRA NETO, A. et al. Revista de Educação Física: ciclo de vida, seção unidade de doutrina e lição de educação física (1932-2002). *Movimento*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 91-118, jan./abril. 2003.
- LOYOLA, H. Lição de educação física: 3.<sup>o</sup> Grão do Ciclo Elementar. *Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 62 e 63, out. 1939.
- \_\_\_\_\_. Educação física nos colégios: como organizá-la e dirigi-la em um estabelecimento de ensino. *Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 50-56, jan. 1940.
- \_\_\_\_\_. Educação física nos colégios: como organizar o registro geral de instrução. *Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 45, p. 33-36 e 76, ago. 1940.
- \_\_\_\_\_. Os primeiros profissionais do esporte. *Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 46, p. 9, set. 1940.
- \_\_\_\_\_. Unidade de doutrina. *Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 50, p. 9, jan. 1941.
- \_\_\_\_\_. Pelo bom esporte. *Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 59, p. 9 e 31, out. 1941.
- \_\_\_\_\_. Seção de consultas. *Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 62-63, p. 61, jan./fev. 1942.
- GÓIS JÚNIOR, E; LOVISOLO, H. A educação física e concepções higienistas sobre raça: uma reinterpretação histórica da educação física brasileiras nos anos 1930. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, Porto, v. 5, n. 3, p. 322-328, set./dez. 2005.
- LINHALES, M. A. A produção de uma forma escolar para o esporte: os projetos culturais da Associação Brasileira de Educação (1926-1935) como indícios para a historiografia da educação física. In: OLIVEIRA, M. A. T. (Org). *A educação do corpo na escola brasileira*. São Paulo: Autores Associados, 2006. p. 93-110.
- PAGNI, P. Prescrição dos exercícios físicos e do esporte no Brasil (1850-1920): cuidados com o corpo, Educação Física e formação moral. In: FERREIRA NETO, A. (Org.). *Pesquisa histórica na educação física*. Vitória: UFES, 1997. v. 2, p. 59-82.

SCHNEIDER, O. *A Revista Educação Physica (1932-1945): estratégias editoriais e prescrições educacionais*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.